

ENTREVISTA COM O PROFESSOR REINALDO CARCANHOLO

Num bate-papo com os professores Luiz Carlos Rodrigues Cruz "Puscas" e Samuel Costa Filho, o professor Reinaldo Antonio Carcanholo fala sobre os desafios que o ensino, como resultado de uma política educacional, coloca no dia-a-dia das universidades brasileiras, enfatizando questões inerentes ao Curso de Economia. Delineia, entre outros aspectos, o perfil da reorganização social de uma Argentina aniquilada pelo capital especulativo que exige dos países a obediência aos preceitos do FMI, do Banco Mundial e outras instituições financeiras internacionais. Prof. Reinaldo Carcanholo é Ph.D em Economia pela Universidade Autônoma do México.

IE - Professor Reinaldo, quais os pontos fundamentais da Resolução 11/85 que criou o atual currículo de economia?

PROF. REINALDO - São basicamente aqueles que aparecem no artigo 7, com pretensão de que estivessem na nova resolução como artigo primeiro. Um deles é o pluralismo teórico-metodológico. A formação do economista pressupõe uma formação ampla, geral. O aluno precisa conhecer as diferentes correntes de maneira contraposta e adquirir capacidade crítica e criatividade ao confrontar-se com os problemas econômicos. Outro princípio importante diz respeito à ética profissional. O economista precisa desenvolver sua visão crítica perante a sociedade. Outro princípio é o compromisso ou a preocupação com a realidade em que vivemos: nacional, regional e local. Favorecer para que o aluno adquira meios para efetivar uma interpretação adequada, estruturada e coerente dessa realidade. O quarto princípio é a idéia de que a economia, não sendo uma ciência exata, exige articulação com as demais ciências sociais, em particular com a sociologia, a política e a filosofia, que é a mãe de todas as ciências. Portanto, os pontos básicos são: pluralismo, ética, compromisso com a realidade e interdisciplinaridade. A economia é uma das ciências sociais e é assim que deve ser tratada. Os princípios básicos da concepção de ensino devem estar relacionados, obviamente, com a necessidade de um avanço de qualidade.

IE - Você afirma que a economia é uma ciência social e que deve se interligar às demais ciências baseada no tripé que estrutura o curso, ou seja: bloco teórico, bloco histórico e disciplinas instrumentais, como as matemáticas e as estatísticas. Você incluiria no currículo disciplinas de contabilidade e de administração?

PROF. REINALDO - De forma alguma. No ensino tradicional víamos um agrupamento de disciplinas introdutórias que pretendia oferecer formação básica. Na verdade eram penduricalhos, que não avançavam em nada e eram

consideradas, tanto pelos professores quanto pelos alunos, como disciplinas de segunda categoria. O objetivo na verdade era a redução de custos. O que acontecia numa escola privada, por exemplo? Na existência dos cursos de economia, contabilidade, administração, pedagogia, letras, etc., havia introdução a tudo: à economia, à administração... Colocavam alunos dos mais variados cursos numa sala-de-aula objetivando somente reduzir custos. Penso que ocorre uma confusão entre as disciplinas optativas e as secundárias. Acredito que certas disciplinas são extremamente importantes na formação de um economista, mas algumas delas devem necessariamente ser optativas e não obrigatórias. Imagine, por exemplo, o seguinte: "gestão financeira" é uma disciplina de administração e é importante para um certo perfil de economista. Se você transforma uma disciplina como esta em introdutória para todos os alunos de economia, como ficaria o indivíduo que pretende se dedicar a "história econômica"? Obrigá-lo a estudar "gestão financeira"? Portanto, imagino que o motivo que leva um aluno a matricular-se numa disciplina optativa é o seu interesse pelo perfil que a disciplina possui. Não concordo com uma introdução de baixo nível colocada no primeiro semestre e que não satisfaz aos alunos e nem aos professores. No Espírito Santo, quando transformamos em optativa a disciplina "elaboração e análise de projetos", alguns perguntaram: *vocês estão querendo transformar "projetos" em disciplina de segunda categoria?* Nossa resposta: não, queremos que ela se transforme numa disciplina extremamente importante e com qualidade elevada.

IE - Tenta se passar a idéia da criação de um novo mundo com o processo de globalização. Pretende-se questionar o atual currículo de Ciências Econômicas como se ele estivesse ultrapassado. Qual a atualidade desse currículo perante o "não pensar" de hoje?

PROF. REINALDO - Sem dúvida não é função da universidade adestrar mão-

de-obra para o mercado. A destramento não é para seres humanos e sim para animais. Ela possui outra dimensão que é assaz importante. Ela existe para formar o cidadão e futuros líderes desta nação. Um líder nacional, regional, local, necessita de uma formação até mais ampla do que a gente consegue dar. Não se forma um cidadão ou um político sem estudar filosofia, literatura, história, mesmo que a área dele seja técnica como, por exemplo, a engenharia. Quantos engenheiros não se transformaram, neste país, em dirigentes políticos ou em grandes administradores? Um indivíduo como este precisa ter uma sólida formação filosófica e, até mesmo, muita informação literária. Infelizmente o aluno vem deformado do ensino médio, que deveria proporcionar-lhe uma ampla formação cultural. Na verdade, o recebemos com uma formação cultural insatisfatória e o que se pode fazer em quatro ou cinco anos é reduzi-la. É necessário o estudo da filosofia e da história para desmontar o que, nos dias de hoje, se procura transmitir aos indivíduos - uma forma de pensar única. O pensamento único apresentase como se fosse a forma exclusiva da humanidade pensar a si mesma. Isto é de um autoritarismo incrível. É uma ditadura do pensamento tão violenta quanto a ditadura política ou ditadura militar dura. É preciso combater essa ditadura da maneira mais intransigente possível com qualidade acadêmica, espírito de cidadão e com uma visão mais ampla do mundo.

IE - Na palestra sobre as "Novas Diretrizes Curriculares do Curso de Economia", você afirmou que *"o aluno deve buscar no curso a construção de sua própria matriz teórica"*. Qual o seu pensamento sobre essa questão?

PROF. REINALDO - Bem, todas as pessoas têm, com maior ou menor intensidade, um modelo de pensamento, uma estrutura constituída no cérebro que vai sendo construída ao longo da vida, desde o dia de seu nascimento. Possuímos uma formação basicamente cristã. Portanto, a dimensão dessa matriz

de pensar o mundo é o humanismo cristão. Mesmo que alguém recuse a religião, vai manter esse elemento forte até o final da sua vida. É um elemento fundamental. No mundo ocidental, assimila-se uma perspectiva positivista no contato com o jornal, televisão, rádio, amigos, Igreja, e até mesmo com a internet. Estrutura-se nas pessoas uma forma de pensar positivista e na universidade agregam-se mais elementos a essa matriz. A universidade tem um peso intenso na formação do indivíduo, que ela é capaz de reestruturar, em grande parte, a sua forma de pensar. Podemos influenciar decisivamente, na estruturação de uma matriz teórica de pensamento, em particular no nosso caso que é a economia. Existem duas maneiras diferentes de se formar essa matriz: uma autoritária e ditatorial, que o ensino tradicional de economia fazia: a idéia do pensamento único...

IE - Neoclássico...

PROF. REINALDO - Exatamente! Qual é a forma de se pensar a Economia? Para eles ciência é o modo de pensar deles, neoclássico, marginalista; não há outra forma de pensar! Pensar diferente é ser excluído do pensar científico. O indivíduo não tem o direito de ver a Ciência Econômica de forma diferente e deve aceitar o dogma neoclássico como se fosse a verdade. E qual é a nossa posição? É muito diferente, totalmente oposta! É permitir que o próprio aluno procure construir sua matriz teórica. É mais difícil, impõe mais sacrifício a quem procura transmitir o conhecimento. Qual é o mecanismo? Apresentar a esse aluno a história do pensamento econômico com o auxílio da filosofia, da história... Atualmente, possibilita-se ao aluno o conhecimento dos autores de maior relevância e o discernimento das diferentes correntes do pensamento, permitindo que ele constitua a sua própria matriz teórica. Esta vai ser fundamentalmente mais de um autor que de outro; mas, se o aluno quiser pode construir sua matriz com um pouco de cada autor, é uma questão pessoal. Claro que isto implicaria numa visão eclética, que tende a ser menos efetiva na hora de interpretar o mundo; mas o aluno deve ter a liberdade de construir sua própria matriz teórica. Embora a objetividade na ciência não exista, é necessário transmitir o conteúdo das diferentes correntes com a maior honestidade possível. Isso não significa, porém, que o professor não tenha o direito de criticar. A própria crítica aos grandes autores do pensamento econômico constitui-se em um estímulo para que o aluno também seja capaz de criticar. Esse é o ensino que chamaria de ensino "democrático". Apenas a liberdade de pensar edifica um indivíduo criativo e não um ser adestrado, que como um cão, segue o seu dono. A sociedade necessita de indivíduos capazes de dar respostas adequadas aos problemas que enfrenta e para isso o ensino democrático é fundamental.

IE - Temos um currículo plural e democrático. Porém, qual a perspectiva diante da nova Lei de Diretrizes e Base da Educação?

PROF. REINALDO - A política do atual governo em relação ao ensino de economia, assim como em relação a outras áreas, representou um grande retrocesso. A palavra de ordem é desregulamentação, termo que é escondido por outra palavra mágica: flexibilização. A pretensão absurda é reduzir drasticamente o tempo necessário para a conclusão de um curso superior e a não regulamentação das quantidades mínimas de horas nas disciplinas fundamentais. A idéia consiste em graduar um médico, um advogado, engenheiro ou economista em apenas três anos. Talvez o caso de medicina seja o mais surpreendente porque todos percebem a responsabilidade que tem um médico em relação à vida humana. Um engenheiro formado em seis anos derruba prédio no Rio de Janeiro matando gente; imaginem um indivíduo com apenas três anos de estudos! Esta política atende apenas o interesse daqueles que trabalham no setor da educação e que têm como único objetivo o lucro. O resultado é uma escola privada de má fé com intuito de somente ganhar dinheiro. Há outra questão: a única coisa que interessa para a política educacional são as estatísticas. Se o número de alunos que ingressou no ensino básico aumentou e a desistência diminuiu, pontos para o governo! O número maior de pessoas na escola e a redução do analfabetismo acontece com gastos reduzidos porque o salário dos professores continua o mesmo. Os recursos para a manutenção nas escolas também diminuiu. A atual política proíbe um professor de reprovar no ensino básico. Alunos que não sabem ler uma poesia, um jornal e nem mesmo o elementar, são promovidos à séries superiores. Priorizam quantidade e esquecem da qualidade. Isso em termos de propaganda é ótimo porque o governo aparece como grande realizador de metas educacionais. O aumento da quantidade de concludentes do ensino médio vai gerar um excesso de demanda para o superior, mesmo com a expansão absurda do ensino de baixa qualidade das escolas privadas. A insatisfação na juventude será muito forte. Quem pensar em continuar os estudos não encontrará oportunidades no ensino público superior ou no privado. Qual a solução? Redução para três anos da formação universitária. Com o mesmo investimento, deverá oferecer-se um número de vagas superior. A redução para três anos dos cursos universitários é uma estratégia que está sendo seguida atendendo determinações do FMI. A intenção é atender os alunos do ensino médio e, principalmente, expandir o ensino superior privado. O indivíduo vai graduar-se em três anos e a idéia que ele tem é de que isso é melhor: *eu, em três anos, com um diploma de*

economista! Acontece que com o diploma na mão, o aluno perceberá que não é o título que garante o ingresso no mercado de trabalho e sim a formação com qualidade. Sentirá necessidade de fazer um desses MBAs da vida, pagos e caros para complementar seus estudos. A má fé nesses cursos de especialização e pós-graduação *lato sensu*, em todos os lugares desse país, é muito forte e continua enganando um grande número de profissionais. Em sua maioria, esses cursos, com poucas exceções, são simplesmente caça-níqueis. Aos poucos, quando começar a comparar os futuros profissionais com os antigos a sociedade vai perceber que foi enganada. Só que isso demora anos, porque o aluno deverá entender a importância do curso somente cinco ou dez anos depois de formado. O custo social será elevado. Nessas condições, onde o país vai encontrar seus cientistas, técnicos, engenheiros, líderes e políticos? O pensamento do aluno é o seguinte: *"que bom, uma formação em três anos, pagando menos e sem monografia!"* Essa perspectiva é equivocada. Ninguém tem culpa de pensar dessa maneira; a culpa é da política do governo. O ministro Paulo Renato está seguindo as ordens do FMI, o que é uma verdadeira tristeza. Ele é economista... estudou na universidade de Campinas. Um indivíduo culto, assim como o presidente. Mas transformaram-se em porta-recados do FMI. É lamentável.

IE - O governo busca a extinção da obrigatoriedade da monografia em todos os cursos. Qual sua opinião sobre essa questão?

PROF. REINALDO - O governo tenta eliminar a obrigatoriedade da monografia e instituir o estágio supervisionado. Por que é importante a monografia? Porque é um momento privilegiado em que o aluno é obrigado a responder questões por si mesmo. Embora orientado por um professor, é obrigado a dar respostas pessoais a um problema que ele formula. Eu até diria que é mais difícil formular problemas que buscar respostas. É um momento em que se exige a criatividade. Monografias de nível médio ou bom exigem um bom curso. Isso implica em altos custos; necessidade de professores orientadores, carga horária adequada, estrutura curricular. Com a instituição do estágio supervisionado e a extinção da obrigatoriedade da monografia, os custos serão reduzidos para as escolas públicas e privadas. O estágio supervisionado é interessante quando, efetivamente, possibilita ao aluno vivenciar a futura profissão, e deveria ser avaliado com uma monografia obrigatória. No caso específico da economia, a experiência demonstrou que no período anterior a reforma de 84, os estágios serviam apenas para fornecer mão-de-obra barata para empresas.

IE - Mudando um pouco de assunto: o que levou à crise argentina?

PROF. REINALDO - O governo foi atendido integralmente a política determinada pelo FMI, firmada pelo Consenso de Washington. O que existia de indústria e da capacidade do Estado em intervir na economia através de uma política econômica ativa foi destruído pela política cambial. O Estado perdeu a capacidade de fazer política monetária, que ficou completamente restrita às determinações e interesses do FMI. A taxa de juros não é determinada em função dos problemas internos e sim do movimento necessário de capital, ou seja, do ingresso de capital estrangeiro para equilibrar as contas nacionais. Qualquer estudante de segundo ano de economia sabe disso! Por outro lado, privatizaram muito mais do que no Brasil. No nosso país falta privatizar a Caixa Econômica, o Banco do Brasil, a Petrobrás e a Amazonia. Na Argentina venderam tudo a preço de banana (como no Brasil). Porém, lá não restou nada. A dívida interna explodiu, a dívida externa e o déficit do setor público também. Os juros devem se manter altíssimos. Mas como eles tinham seguido rigorosamente as políticas determinadas pelo FMI, considerava-se a Argentina o país modelo. O que o FMI mandou o governo Fernando Henrique Cardoso fazer, quando da crise cambial de 1999? Sigam a Argentina! Câmbio fixo! Por sorte, algum santo iluminou a cabeça das nossas autoridades federais que, apesar de neoliberais ao extremo, não atenderam a essa determinação. Pelo menos essa, porque já estaríamos como a Argentina, hoje. O que aconteceu na Argentina é produto da lógica especulativa do capital internacional, que tende a produzir fatos dessa natureza. A política econômica do governo argentino seguiu rigorosamente as determinações das instituições americanas que defendem os interesses desse capital. É uma tragédia para o povo; não apenas para os trabalhadores mas, também, para a classe média, aposentados, desempregados, miseráveis da cidade e do campo. E o Brasil tem risco de sofrer crise igual? Claro. E por que ainda não aconteceu? Por duas razões: a política econômica brasileira resistiu um pouco mais às determinações do FMI. Além do mais o Brasil foi o último país da América Latina a entrar nesta política suicida (a Argentina e o Chile foram os primeiros). Iniciou-se com Collor fortalecendo-se com FHC. Esse é um fator que permitiu uma certa resistência evitando, até agora, uma catástrofe. A outra questão é que a estrutura econômica brasileira é mais forte do que todas as demais e pôde resistir um pouco mais. Já foi em grande parte destruída a integração industrial, a capacidade produtiva e a articulação entre os setores. O País não está fora do risco, mas não por uma questão cultural ou conjuntural, e sim pela própria lógica do sistema. A Argentina é só o começo. É a manifestação inicial da possibilidade de uma

grande crise geral. Foi publicada uma entrevista de Joseph Stigler, ex-diretor do Banco Mundial dizendo que o problema da Argentina não é ter cumprido as determinações do FMI mas por ter seguido, muito à risca, essas determinações. O próprio poder dentro do FMI faz uma autocritica dizendo: "*nos equivocamos, e a Argentina seguiu muito de perto nossos equívocos*".

IE - Você acha que no caso do Brasil a reação da sociedade foi um dos fatores que dificultou a implantação dessas medidas? As mobilizações contra a privatização da Petrobrás, do Banco do Brasil...

PROF. REINALDO - Concordo inteiramente. Felizmente, do ponto de vista político e social, existe no Brasil uma resistência à política neoliberal, constituída pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), Partido dos Trabalhadores (PT) e o Movimento dos Sem Terra (MST). Os argentinos nunca conseguiriam constituir uma frente partidária capaz de aglutinar ampla oposição. Não é o PT em si, mas o que o PT representa do ponto de vista político-ideológico neste país, uma frente de oposição, de resistência dos trabalhadores. A CUT também, no mesmo sentido; não é a CUT em si, mas é a capacidade que tem de aglutinar uma grande parcela dos trabalhadores brasileiros em torno de uma posição crítica. Na Argentina, mesmo os trabalhadores, até antes dessa crise do ano passado, estavam em grande parte manipulados pelo Partido Justicialista e pelas centrais pelegas. Coisa que acontece no Brasil, mas em menor escala, com a Força Sindical e CGT. No Brasil conhecemos os sindicalistas Medeiros e Paulinho, como casos similares. Mas, por outro lado, existe o MST que é um movimento sem precedentes, com expressão e reconhecimento internacional. É um dos movimentos que provocaram o atraso do Brasil na aceitação das medidas neoliberais extremas. Esta resistência é incontestável. Os argentinos não conseguem nem imaginar como desenvolver algo parecido por lá. Não conseguiram, pois agora é outra a realidade.

IE - O discurso neoliberal coloca as privatizações e a flexibilização das relações de trabalho como ações necessárias à resolução da dívida interna e do custo da mão-de-obra. Todavia as dívidas interna e externa e o desemprego no Brasil cresceram assustadoramente. Qual a sua percepção sobre essa questão?

PROF. REINALDO - As privatizações foram justificadas como necessárias para diminuir a dívida pública e permitir ao Estado graus de liberdade para implementar uma política ativa de crescimento econômico. O argumento era o seguinte: vendem-se as estatais; reduz-se a dívida, o que possibilita pagar menos juros; com o dinheiro dos juros que o país não paga, cresceriam os gastos em saúde, educação, etc. O pre-

sidente Fernando Henrique assumiu o governo com a dívida interna de 64 milhões; hoje ela é superior a 700 bilhões. Esses neoliberais! As negociatas por trás de cada uma dessas privatizações foram assustadoras. Isso me faz lembrar que em outros países da América Latina, neoliberais do porte de um Salinas do México, Fujimori do Peru, Menen e Cavallo da Argentina, saíram pelo aeroporto ou para a cadeia. No caso brasileiro correu muito dinheiro por fora e o que tem aparecido na imprensa é só bobagem. As privatizações representam um fracasso e hoje eles não têm coragem de lembrar como as justificavam. Uma das privatizações mais vergonhosas foi a da Vale do Rio Doce, uma empresa líder no mercado mundial. Um escândalo!

IE - E o capital especulativo? Qual a sua força e o seu maior receio?

PROF. REINALDO - Bom, do que o capital especulativo tem medo? Esse capital não tem medo de não receber o dinheiro que emprestou. O que ele quer, na verdade, é continuar recebendo pontualmente sua remuneração (os juros e seus lucros especulativos). O medo do capital especulativo é que o país, em determinadas circunstâncias, se veja impossibilitado de pagar a remuneração do capital. É fato para todo mundo que o Brasil economicamente é um país vulnerável, debilitado pela política neoliberal. Os indicadores econômicos brasileiros revelam uma fragilidade e vulnerabilidade muito mais graves do que os indicadores argentinos. Então, claro que o capital especulativo está preocupado com isso e com o próximo governo. Têm medo de que a política se altere drasticamente, de que o novo governo diga "*a partir de hoje a gente não paga nada, nem o principal e muito menos o juros, vocês já receberam demais*.. Sabem que o calote é uma prática internacional. Os maiores caloteiros, em toda a história capitalista, foram os Estados Unidos. Os EUA tinham um compromisso internacional de pagar uma onça troy de ouro por cada 35 dólares. Romperam o acordo e em poucos meses o dólar desvalorizou-se tanto que uma onça de ouro estava a 500 dólares. Depois baixou um pouco, mas foi o maior calote da história. É lamentável que as decisões políticas que deveriam ser tomadas pelos eleitores, agora sejam tomadas pelo capital especulativo. Ou, como diz Luís Carlos Mendonça: o mercado já escolheu o candidato deles. É inaceitável que o capital especulativo diga em quem deve-se votar. Eu não acredito que um novo governo vai ampliar o caos financeiro, qualquer que seja o candidato vencedor. O caos financeiro até pode ocorrer, mas não por consequência da mudança de governo e sim, como consequência da própria lógica do capital especulativo. O que eu gostaria é que o novo governo implemente uma política econômica que reduza a vulnerabilidade do País de maneira a enfrentar a turbulência que

deverá ocorrer por culpa do capital especulativo. É preciso um governo que seja capaz de impulsionar uma política econômica que amplie a nossa capacidade de resistência e que não seja insensível às consequências nocivas impostas à população pelo modelo ora vigente. Eu acho que o povo brasileiro ultimamente está se dando conta disso, abandonando os preconceitos e começando a perceber que o problema é mais sério do que a imprensa diz.

IE - A política neoliberal fragiliza a economia dos países latino-americanos e apresenta a ALCA como alternativa?

PROF. REINALDO - Exatamente; e quanto mais fragilizados, menos resistência apresentam e mais a integração com os Estados Unidos parece ser a salvação. Porém, países com um pouco mais de resistência, como o Brasil, talvez sejam capazes de ver com outros olhos e perceber que a integração implicará servidão econômica pois nos enquadraríamos não na riqueza de lá, mas na pobreza. Mas não é só a servidão econômica: fazer o que eles fazem, gostar do que eles gostam... E a nossa cultura? O que fazemos com ela?

IE - O que significa para o mundo o Fórum Social Mundial?

PROF. REINALDO - O Fórum Social Mundial é uma resposta ao pensamento único que se pretende impor. A organização popular de vários seguimentos está começando a se internacionalizar. Eu não tive oportunidade de ir, mas alguns dos meus alunos voltaram deslumbrados com o evento. Ficaram entusiasmados com a oportunidade de conviver com pessoas de diferentes culturas, línguas, raças e religiões. Nas manifestações, apesar das mais diferentes línguas, todos conseguem se comunicar. Ocorre todo tipo de manifestação, desde socialistas, comunistas, religiosos, gays, dragqueens... Tudo que contesta a violência do mundo atual. Isso pode significar um novo começo dos tempos, um novo mundo. E o novo mundo é isso: pluralidade, diversidade, diálogo. O novo mundo não é a homogeneização de tudo. Eu não quero ser igual a todo mundo, eu quero ser diferente, ter a minha própria personalidade, cultura, língua, música e literatura. Quero ser o meu próprio eu. Não quero que se destrua o modo de ser do camponês do interior do Rio Grande do Sul, do camponês do Mato Grosso, do Acre. A riqueza que a diversidade humana produz tem que ser preservada e o Fórum Social Mundial é isso. Há respeito à diversidade cultural. Não podemos ser contra a globalização. Só que a gente deseja a globalização da solidariedade entre os povos e as etnias. Que se tenha liberdade de pensar e sentimento de humanidade.

IE - Na sua opinião, que consequências sociais podem ocorrer com as crises econômicas resultantes do modelo neoliberal?

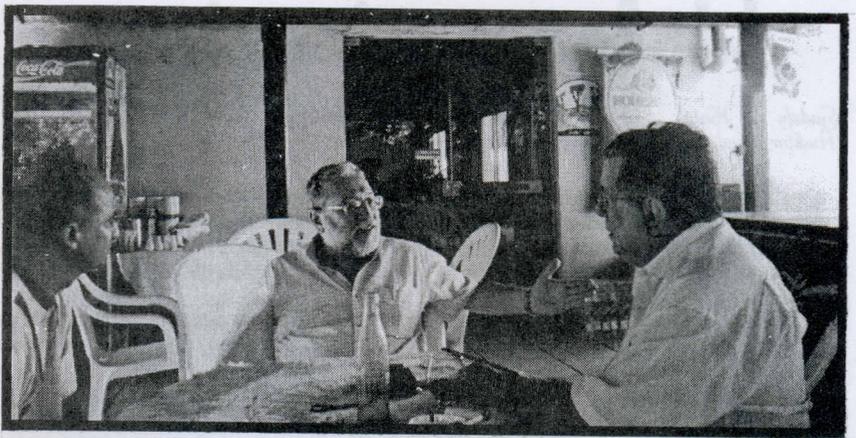


Foto: Fênixa Veras

PROF. REINALDO - Pensando a Argentina, há duas coisas importantes: a primeira é que a crise é drástica para os desempregados e para os trabalhadores; pois parcela importante, mesmo com carteira assinada ganha abaixo da linha de sobrevivência alimentar. Houve a destruição de 80% da classe média argentina. Isso produziu um fenômeno interessante que eu observei lendo um artigo do economista argentino Cláudio Katz. Tradicionalmente havia uma grande separação (talvez mais radical que no Brasil) entre a classe média e os trabalhadores. Na Argentina há turnos de poder: ora os justicialistas, ora os radicais. Mas qual era o esquema de dominação montado pela classe dominante argentina? Os trabalhadores mais humildes eram justicialistas, graças à política peronista de décadas atrás. A classe média se ligava aos radicais. Essa divisão permitia à classe dominante manobrar o poder na Argentina. A crise rompeu essa separação e fez com que a classe média se identificasse, em grande parte, com os objetivos políticos, econômicos e ideológicos dos trabalhadores. Os caçarolaços nas ruas e em frente aos bancos, são realizados pela classe média, mas os trabalhadores aderiram a eles. As manifestações dos piqueteiros, típicas dos trabalhadores, especialmente dos desempregados, parando ruas e estradas receberam a adesão e o apoio de vários setores da classe média. O movimento cresce não partidariamente, porque não há um partido hegemônico. Quem cresce politicamente são os líderes, que não participam dos partidos tradicionais da Argentina. Eles dirigem o que chamam de assembléia de bairros: são instâncias de organização e poder local, com um poder político enorme e capacidade de pressão muito grande. Essas assembléias de bairro designam seus representantes para uma assembléia nacional e isso é algo extremamente importante do ponto de vista político e histórico. O capitalismo produz a tragédia e ao mesmo tempo cria a possibilidade da alternativa porque ocorre o debate realmente democrático. Os representantes são eleitos pelo povo e precisam dar conta de cada uma de suas ações; se não correspondem ao desejo da maioria, perdem o mandato.

A crise econômica e social refaz, do ponto de vista político, o poder popular. A segunda questão que eu gostaria de destacar é a seguinte: se alguém nos perguntasse que proposta teríamos para a sociedade brasileira neste momento. O que responderíamos? Eu, preocupado com o meu filho que vai para a escola particular, com o meu seguro de vida e com a carteira da Unimed, responderia que não tenho propostas. Qualquer alternativa de projeto econômico vai implicar um alto preço a curto prazo e eu não quero pagá-lo. Então deixa tudo como está! O que não percebo é que o preço que pagaríamos a curto prazo, para uma mudança radical do modelo atual, é menor do que vamos pagar a longo prazo, se este modelo de sociedade persistir. O preço que o capitalismo mundial vai exigir será a obrevivência da humanidade. Só que não se entende isso, quando se tem dinheiro no banco, filho na escola, cartão da Unimed, carteira assinada com salário fixo ou se é funcionário público com estabilidade. Porém, numa crise como a argentina, perdeu-se o que se tinha no banco, a Unimed faliu, sua empresa fechou, o funcionário público foi demitido porque o FMI exigiu mais cortes. A situação é tão dramática que o preço a pagar pela mudança é menor do que o sofrimento que o povo argentino está passando. É possível, nas condições atuais, que na Argentina formule-se um plano econômico, político e social alternativo que conquiste o apoio da sociedade? É isso que se está fazendo através do documento elaborado pelos Economistas de Esquerda (EDI). É um documento belíssimo, de uma ousadia consequente, implementável e que tem uma clareza fora do comum. Se as condições políticas forem favoráveis, com o apoio popular, da classe média e dos trabalhadores, acho que a Argentina vai fazer história. Vai ser a locomotiva da História e nós vamos ser um pequeno vagãozinho, atrás dela ●

A transcrição da fita foi feita por Socorro Nascimento. Agradecemos o apoio recebido do professor Eudócio Soares Lima Verde, Diretor do Centro de Ciências da Educação, que viabilizou a transcrição desta entrevista.